

por mais informados que estejam e por melhores que sejam suas intenções. Este é um problema de todos os homens, porque diz respeito a todos igualmente. E não é tão-somente uma questão de justiça mas também e sobretudo de realismo.

A Conferência deixou claro que, se em numerosas ocasiões não se introduziram inovações que eram evidentemente necessárias nem foram postos em execução planos aparentemente excelentes, a razão principal não foi tanto a insuficiência dos recursos como as resistências sócio-psicológicas que encontraram essas inovações e esses planos entre administradores, o corpo docente, os estudantes e seus pais e, de maneira geral, também no conjunto da população.

Em vista disso o êxito de um plano depende em grande parte, ou melhor, essencialmente, de sua aceitação pela

sociedade. E essa aceitação não pode ser conseguida se a sociedade em seu conjunto não participou da execução do plano. A esse respeito, a Conferência reafirmou com insistência as idéias expressadas pelo diretor-geral da UNESCO em seu discurso inaugural do certame.

Naquela ocasião René Maheu afirmou que devia "assegurar-se a participação dos diferentes grupos da sociedade na determinação dos objetivos do sistema de educação". Pediu em particular que "se organize o planejamento da educação em estreita cooperação com o pessoal docente", indicando também que "se deve consultar a juventude e associá-la estreitamente à adaptação da educação às transformações da sociedade". Expressou a esperança de que essa juventude intervenha particularmente na busca e estudo das inovações necessárias.

Para o II Decênio — Esta é uma linguagem bastante nova dos *planejadores*. Para que essas idéias não permaneçam como letra morta mas que sejam realmente postas em prática, a Conferência Internacional sugeriu que elas poderiam ser incorporadas à estratégia da educação do II Decênio do Desenvolvimento das Nações Unidas (1971/80).

Os delegados expressaram a esperança de que, às vésperas do II Decênio, o Ano Internacional da Educação, que as Nações Unidas pensam celebrar em 1970, possa proporcionar uma ocasião para sensibilizar a opinião pública e, em primeiro lugar, os educadores e estudantes com relação aos problemas da educação em cada país e no mundo. Ter-se-ia assim uma visão da gravidade do que está em jogo e da envergadura das dificuldades que devem ser superadas e do imenso esforço que tem de ser realizado.



**Ignácio
de Mourão
Rangel**

*Volta a colaborar em MUNDO
ECONÔMICO o economista
IGNACIO DE MOURÃO RANGEL,
tratando de um tema
dos mais discutidos: o controle
da natalidade.
Depois de mostrar que em nosso país
a propalada explosão demográfica
talvez não passe
de ilusão estatística,
procura abordar o tema
sob outros ângulos,
inclusive o familiar.*

Contrôle populacional

O problema do controle da natalidade marcha visivelmente para novas e relevantes decisões. Para trás ficam os tempos em que, desde a economia até as formas mais altas de ideologia, tudo estava subordinado ao imperativo elementar de fazer crescer a taxa de natalidade. Chegou agora a época em que, no processo geral de recondicinar o planeta de acordo com as conveniências da sociedade humana, se torna imperativo tudo planificar, inclusive o próprio suporte biológico dessa sociedade, isto é, as dimensões da humanidade.

Planificar a população significa tomar decisões básicas para tudo o mais. E decisões difíceis, porque a sociedade não é um simples rebanho, cujo equilíbrio biológico possa ser estabelecido por medidas de pura veterinária. E se no tempo em que o objetivo do controle da natalidade consistia em levar essa natalidade ao máximo para compensar as catastróficas taxas de mortalidade então vigentes a sociedade impôs ao indivíduo e à família seus interesses de forma indireta, não se pode deixar de exigir agora que faça valer seus eventuais objetivos limitativos, também por meios indiretos.

Na fase em que convinha fomentar a natalidade, a sociedade, não obstante o estágio ainda atrasado de seu desenvolvimento, condicionou o indivíduo e a família criando relações de produção feitas sob medida para beneficiar as famílias numerosas; criou uma ética e um direito condizentes com o mesmo objetivo e, não contente com isso, converteu em *pecado* toda tentativa do indivíduo de escapar ao imperativo do *crececi e multiplicai-vos*. Porque não buscar meios da mesma índole agora que, com um colossal aparelhamento educativo ao seu dispor, o poder social sobre o indivíduo se tornou maior que em qualquer outro momento da civilização humana?

Contrôle da natalidade — coisa antiga — A prova da eficácia do controle limitativo da natalidade é coisa feita desde tempos muito anteriores ao aparecimento dos modernos anticoncepcionais. Por exemplo a estatística demográfica francesa registra taxas negativas de crescimento vegetativo da população para o período de pré-guerra (0,3 por mil em 1937 e 0,9 por mil em 1938). E se hoje em dia a França voltou a apresentar taxas positivas de

crescimento vegetativo de sua população, isso se deve menos ao aumento da natalidade (situado no nível de 17,5 por mil em 1966, depois de se ter elevado a 20,5 por mil em 1950, contra os 15 por mil de antes da guerra) do que ao fato de haver a mortalidade declinado no período (situando-se em torno de 11 por mil neste decênio, contra os 15,5 por mil de antes da guerra); paralelamente a alguma imigração líquida.

Ora, a taxa de mortalidade nos países desenvolvidos não se poderá manter para sempre nos baixos níveis a que desceu. Transitória e temporariamente a composição etária da população se tornou discordante com a que deveria corresponder à expectativa média de vida alcançada. Com efeito, para uma expectativa média de vida da ordem de setenta anos, é claro que a taxa de mortalidade deverá, afinal, situar-se no nível de 14,2 por mil, ao passo que em vários países (Japão, URSS e outros) ela chegou a descer a 7 por mil.

Mais ainda, com o amadurecimento da população o número de mulheres em idade fecunda (entre 15 e 45 anos, com uma concentração notável da fecundidade no grupo de 18 a 28 anos) irá diminuindo percentualmente, de modo que, mesmo na hipótese de que a taxa de fecundidade se mantenha, a taxa de natalidade deverá declinar. Extrapoladas as tendências observadas em toda a área desenvolvida do mundo, é possível que a sociedade seja forçada a intervir no sentido de reerguer a taxa de natalidade, a menos que chegue à conclusão de que estaríamos melhor com menos gente — o que terá ainda de ser demonstrado.

O homem civilizado tem os filhos que quer — As tendências observadas na parte desenvolvida do mundo — EUA, Europa Ocidental, Europa Oriental, URSS e Japão — mostram que não há nenhuma fatalidade, nenhuma inelutabilidade, na contemporânea explosão demográfica. Os modernos anticoncepcionais, por sua vez, não prometem ter sobre a taxa de natalidade os efeitos incoercivelmente depressivos que muitos lhe atribuem. Por exemplo nos países escandinavos, onde esses recursos primeiro começaram a ser usados com mais liberdade, a taxa de natalidade dos últimos anos não é mais baixa que a vigente nos anos de pré-guerra. Mais ainda, depois de declinar a um nível muito baixo — inferior ao da taxa virtual de mortalidade correspondente

a uma população com a sua expectativa de vida — a taxa de natalidade mostra certa tendência a reerguer-se.

A observação do comportamento dos países socialistas fornece novos elementos dignos de nota. Ninguém ignora que nesses países, particularmente na URSS, o Estado busca promover por todos os meios a natalidade, inclusive por meio de subsídio às famílias numerosas, prêmios pecuniários e de outra natureza às mães de tais famílias e sobretudo de transferência para a sociedade de considerável parcela dos encargos decorrentes da educação e da saúde da infância e da juventude. Apesar disso a taxa de natalidade declina enérgicamente, havendo em alguns deles descido abaixo da taxa virtual de mortalidade — a correspondente a uma população com uma expectativa de vida moderna, isto é, da ordem de setenta anos.

Nessas condições parece que a única ilação correta a tirar é que o homem civilizado tem, bastante aproximadamente, os filhos que quer. Nosso problema portanto consiste em saber por que o referido homem civilizado quer ter os filhos que tem e que meios o levarão a querer os filhos que a sociedade convém que ele queira ter eventualmente tenha.

Como proceder? — Já sabemos que não é uma simples questão de oferecer prêmios, ajuda, galardões ou inversamente de pôr à disposição das pessoas anticoncepcionais eficazes. À medida que possa, de fato, optar entre ter ou não filhos — e os progressos da medicina e da indústria não cessam de ampliar essa medida — a família tomará suas decisões nessa matéria, sem atentar muito para as sanções religiosas, éticas ou mesmo jurídicas e sem se deixar levar muito pelos argumentos econômicos, mais eficazes à primeira vista.

Isso não quer dizer entretanto que as decisões da família sejam indiferentes às condições sociais em que vive e se desenvolve. Significa simplesmente que os caminhos pelos quais a sociedade deve tornar a família sensível às suas próprias preferências são tortuosos e, de modo geral, muito mal conhecidos. Nesta matéria reinam ainda superstições de toda sorte, desde as ilusões dos estatísticos, que fazem do tamanho da prole uma questão de fecundidade feminina (biológica, portanto), até as daqueles que supõem que basta marcar como pecado qualquer medida de controle de natalidade para

que a família humana entre a expandir-se na medida de seu potencial biológico.

Para evitar equívocos nesta matéria deve-se partir do fato de que, de há muito, o homem aprendeu, no fundamental, a planificar sua prole, sobrepondo-se portanto aos imperativos de natureza puramente biológica. De modo geral, se a mortalidade cresce a natalidade tende a compensar, aumentando também; se declina, como aconteceu nos últimos decênios, não tardará a manifestar-se a tendência a um declínio compensatório. A mecânica desse processo regulador deve ser pesquisada basicamente com a ajuda da ciência social e não só da biologia.

Informações precárias — No que diz respeito aos países subdesenvolvidos, o problema do planejamento demográfico assume feição especial. Nêles o equilíbrio do sistema foi perturbado pela intervenção das inovações sanitárias, que em prazo muito curto comprimiram violentamente a taxa de mortalidade, talvez sem dar tempo a que a taxa de natalidade se ajustasse. O resultado é o fenômeno da explosão demográfica que, em nosso país, a julgar pelas informações assentes nos resultados dos dois censos decenais do pós-guerra, se mediria por um crescimento líquido, virtualmente atribuível ao crescimento vegetativo, de pouco menos de 31 por mil habitantes.

Aqui começam nossas dificuldades, porque a representatividade de ditos censos é discutível e mais ainda sua comparatividade, pois houve importantes mudanças metodológicas de um para outro. Vencidos esses escolhos, restaria examinar em que medida as taxas obtidas por interpolação para o período intercensitário comportariam extrapolação por um período tão distanciado do ano médio daquele, como no ano passado.

Ora, seria realmente de espantar que nos países subdesenvolvidos, como o nosso, as taxas de mortalidade do decênio intercensitário se tivessem mantido inalteradas, considerado o acentuado movimento das mesmas nos países desenvolvidos, dotados de melhor aparelhamento estatístico. Realmente, com base nas informações distribuídas pela ONU para os anos 1956/66 teremos as seguintes taxas de natalidade: Canadá 28/19,5 por mil; EUA 24,9/18,5; Tcheco-Eslováquia 19,8/15,6; Finlândia 20,7/16,7; França 18,5/17,5; e Japão 18,5/13,7.

Nessas condições grande parte de nossa suposta explosão demográfica talvez seja mera ilusão estatística.

O homem, fator de produção — O problema demográfico deve ser estudado em primeiro lugar — como geralmente ocorre com os problemas sociais — por seu lado econômico. O homem é afinal um fator de produção, com lugar marcado na função social básica de produção. Ora, a produtividade incremental do trabalho está longe de ser constante. Não apenas pode variar muito como, mesmo a priori, podemos supor que essa variação está sujeita a leis, suscetíveis de pesquisa, mas não satisfatoriamente pesquisadas.

Compreende-se que em certas condições — por exemplo nas de ampla disponibilidade de recursos naturais e de relativa estabilidade tecnológica. — a sociedade possa tomar interesse intenso e constante pela expansão do estoque demográfico. O modo típico de expansão das forças produtivas, em regime feudal, consiste na expansão da população.

Essa situação tende a mudar quando, como no caso corrente, o número de trabalhadores deixa de ser o fator limitativo da capacidade social de produção, dado que parte da mão-de-obra permanece sub ou mesmo desempregada, passando a produção a depender muito mais da qualificação dos trabalhadores disponíveis e da expansão do instrumental que, combinada com aquela qualificação, responde pela conversão das potencialidades da tecnologia em capacidade de produção efetiva.

Qualidade x quantidade — O explosivo crescimento dos serviços de educação em todos os países — desenvolvidos ou não — parece ser sintoma de que a humanidade, como um só homem, se apercebe de que se tornou muito mais importante bem formar novos trabalhadores do que multiplicar seu número. A generalidade desse fenômeno, que entre outras coisas está produzindo um crescimento da população universitária do mundo a ritmo superior a 10% ao ano, parece denunciar um estado de espírito favorável a uma limitação eficaz da natalidade. A família moderna — rica ou pobre, desenvolvida ou subdesenvolvida — propende claramente para uma prole restrita, mas hígida e culta, ao invés das proles numerosas das gerações passadas.

Mais ainda, a família moderna tende cada vez mais para a monogamia

— única estrutura compatível com o salariato. Ora, dentro dessa família monogâmica, de gostos cada vez mais cultivados, o egoísmo masculino e o feminino se combinam para buscar elevados padrões de estética feminina — incompatíveis com uma atividade reprodutora desordenada.

Nessas condições não há de ser difícil para a sociedade induzir a família a autolimitar-se em sua atividade reprodutora, de tal modo que, precisamente quando sua capacidade reprodutora se torna máxima graças aos elevados padrões de hígidez, o uso dessa capacidade se torna cada vez mais parcimonioso.

Só pode ser nacional — Compreende-se porém que essa autolimitação da família deve refletir um sentimento profundo de que ela serve em primeiro lugar aos próprios interesses da família e em segundo aos da sociedade, da qual faz parte. Nas condições contemporâneas do mundo a única sociedade da qual o homem comum é capaz de sentir a consciência tem sido a sociedade nacional.

O planejamento da família deve ser estudado como parte do planejamento geral da atividade social, a começar pela economia. Ora, em nossos dias a única formação social capaz de planejamento é a nação, guiando-se por seus próprios interesses. O planejamento da família não pode constituir exceção.

É possível que nos estágios iniciais do planejamento — e não só do planejamento familiar — todas ou algumas formações nacionais se orientem por objetivos conflitantes com os interesses gerais e de longo prazo da sociedade humana universal. Por exemplo o Brasil pode achar que deve planificar sua família, não no sentido de limitar o crescimento desta mas no de acelerá-lo. A ninguém cabe coibir esse direito, pois mesmo que essa meta seja inconveniente nada de irremediável acontecerá se ela fôr perseguida por algum tempo.

Nem sequer há certeza de que — por mais eficazes que sejam os métodos postos em prática no sentido de fomentar o crescimento da população — a família brasileira concorde em colaborar com o governo. Ela, como a generalidade das famílias do mundo — e provavelmente mais do que a média —, parece muito mais inclinada pela qualidade do que pela quantidade, em matéria de prole.

TOBOS OS QUE USAM

RANDAZZO

ACABAM

ESQUECENDO

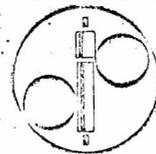
QUE CARRO

TAMBÉM TEM

AMORTECEDORES

Em pouco tempo já se acostumaram com a imensa quantidade proporcionada pelo excelente comportamento dos Amortecedores Randazzo. A grande durabilidade e eficiência absoluta e incomparável nestes veículos fazem com que todos os que usam Randazzo se esqueçam de que carro também tem amortecedores. Eles só são lembrados nos momentos agradáveis. Como na hora de elogiar.

AMORTECEDORES



RANDAZZO

Eficiência absoluta

Av. Pedro II, 9539

GRUPO HORIZONTE - MARIAS GEMAS